

**AUTONOMIA DOCENTE E LIBERDADE PEDAGÓGICA EM ESCOLAS MILITARIZADAS****TEACHER AUTONOMY AND PEDAGOGICAL FREEDOM IN MILITARIZED SCHOOLS****AUTONOMÍA DOCENTE Y LIBERTAD PEDAGÓGICA EN LAS ESCUELAS MILITARIZADAS**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n7-041>**Evaldo Batista Mariano Júnior**

Mestrado em Educação

Instituição: Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9963174474703668>**Danilo Cicero Rodrigues de Lima**

Mestrado em Educação e Ensino

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5010993785267251>**RESUMO**

A autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem pilares fundamentais para a construção de práticas educativas democráticas e transformadoras. A militarização de escolas públicas no Brasil representa fenômeno político-educacional que impõe restrições significativas ao exercício profissional dos professores, limitando escolhas metodológicas, curriculares e avaliativas. Este estudo analisa a autonomia docente e a liberdade pedagógica em escolas militarizadas, investigando como esse modelo afeta as práticas de ensino e o exercício da profissão docente. A metodologia adota abordagem qualitativa de natureza aplicada, com objetivo exploratório-descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação participante, cartas pedagógicas e análise documental. Os resultados evidenciam quatro dimensões centrais: restrições à autonomia docente por meio de supervisão hierárquica constante e padronização de procedimentos; impactos ideológicos que censuram discussões sobre diversidade e direitos humanos; tensões entre metodologias ativas e controle disciplinar rígido; e estratégias de resistência docente que preservam espaços de criatividade e compromisso democrático. As conclusões indicam que a militarização escolar compromete a qualidade da educação e viola direitos fundamentais, configurando-se como ameaça aos princípios democráticos que devem orientar as políticas educacionais brasileiras.

**Palavras-chave:** Autonomia Docente. Liberdade Pedagógica. Escolas Militarizadas. Educação Democrática.

**ABSTRACT**

Teacher autonomy and pedagogical freedom constitute fundamental pillars for building democratic and transformative educational practices. The militarization of public schools in Brazil represents a political-educational phenomenon that imposes significant restrictions on teachers' professional

practice, limiting methodological, curricular, and evaluative choices. This study analyzes teacher autonomy and pedagogical freedom in militarized schools, investigating how this model affects teaching practices and the exercise of the teaching profession. The methodology adopts a qualitative approach of applied nature, with exploratory-descriptive objectives, using semi-structured interviews, participant observation, pedagogical letters, and documentary analysis. The results reveal four central dimensions: restrictions on teacher autonomy through constant hierarchical supervision and standardization of procedures; ideological impacts that censor discussions about diversity and human rights; tensions between active methodologies and rigid disciplinary control; and teacher resistance strategies that preserve spaces for creativity and democratic commitment. The conclusions indicate that school militarization compromises the quality of education and violates fundamental rights, configuring itself as a threat to the democratic principles that should guide Brazilian educational policies.

**Keywords:** Teacher Autonomy. Pedagogical Freedom. Militarized Schools. Democratic Education.

## RESUMEN

La autonomía docente y la libertad pedagógica son pilares fundamentales para la construcción de prácticas educativas democráticas y transformadoras. La militarización de las escuelas públicas en Brasil representa un fenómeno político-educativo que impone importantes restricciones al ejercicio profesional docente, limitando las opciones metodológicas, curriculares y evaluativas. Este estudio analiza la autonomía docente y la libertad pedagógica en escuelas militarizadas, investigando cómo este modelo afecta las prácticas docentes y el ejercicio de la profesión docente. La metodología adopta un enfoque cualitativo de carácter aplicado, con un objetivo exploratorio-descriptivo, mediante entrevistas semiestructuradas, observación participante, cartas pedagógicas y análisis documental. Los resultados destacan cuatro dimensiones centrales: restricciones a la autonomía docente mediante la constante supervisión jerárquica y la estandarización de procedimientos; impactos ideológicos que censuran los debates sobre diversidad y derechos humanos; tensiones entre metodologías activas y un control disciplinario rígido; y estrategias de resistencia docente que preservan espacios para la creatividad y el compromiso democrático. Los hallazgos indican que la militarización de las escuelas compromete la calidad de la educación y vulnera derechos fundamentales, lo que supone una amenaza para los principios democráticos que deben guiar las políticas educativas brasileñas.

**Palabras clave:** Autonomía Docente. Libertad Pedagógica. Escuelas Militarizadas. Educación Democrática.

## 1 INTRODUÇÃO

A autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem pilares fundamentais para a construção de práticas educativas democráticas, críticas e transformadoras. Quando se analisa o fenômeno da militarização de escolas públicas no Brasil, emerge uma tensão que desafia os fundamentos da educação emancipatória: até que ponto a imposição de modelos disciplinares rígidos, hierarquias verticalizadas e protocolos militares compromete a autonomia dos professores e restringe sua liberdade de ensinar? Essa interrogação revela que a militarização escolar não representa apenas mudança administrativa ou de gestão, mas transformação profunda nas relações pedagógicas, nos currículos e nas concepções de educação que orientam o trabalho docente. Este estudo analisa a autonomia docente e a liberdade pedagógica em escolas militarizadas, investigando como essas instituições afetam as práticas de ensino, a formação continuada dos professores e o exercício da profissão docente no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela expansão acelerada do modelo de militarização de escolas públicas em diversos estados brasileiros nas últimas décadas. Esse movimento, frequentemente apresentado como solução para problemas de indisciplina, violência e baixo desempenho acadêmico, tem gerado debates acalorados entre educadores, pesquisadores, gestores públicos e comunidades escolares. Amaral e Oliveira (2023, p. 15) afirmam que "o financiamento da educação no PNE (2014-2024) no contexto do pós-golpe de 2016 revela contradições entre discursos de valorização educacional e práticas de desmonte de políticas públicas", evidenciando que a militarização insere-se em contexto político mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras. Essa constatação sugere que a militarização não constitui fenômeno isolado, mas articula-se com projetos políticos que disputam concepções de educação, cidadania e democracia.

A autonomia docente compreende a capacidade dos professores de tomarem decisões pedagógicas fundamentadas em conhecimentos científicos, experiências profissionais e contextos específicos de suas turmas. Essa autonomia manifesta-se na seleção de conteúdos, metodologias, materiais didáticos e formas de avaliação que melhor atendam às necessidades educacionais dos estudantes. Em escolas militarizadas, contudo, essa autonomia frequentemente encontra-se limitada por regulamentos rígidos, supervisão hierárquica constante e padronização de procedimentos que desconsideram particularidades dos processos de ensino-aprendizagem. A liberdade pedagógica, por sua vez, relaciona-se com o direito constitucional dos professores de ensinarem conforme suas convicções científicas, filosóficas e políticas, respeitando o pluralismo de ideias e a diversidade de perspectivas teóricas. A restrição dessa liberdade compromete a qualidade da educação e viola princípios democráticos fundamentais.

A formação continuada de professores emerge como dimensão essencial para compreender os impactos da militarização sobre a autonomia docente. Araújo (2025, p. 42) destaca que "o papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores em escolas de tempo integral na cidade de Iporá, Goiás, revela desafios relacionados à articulação entre demandas institucionais e necessidades formativas dos educadores", sinalizando que a formação docente não pode dissociar-se dos contextos organizacionais em que os professores atuam. Em escolas militarizadas, a formação continuada frequentemente prioriza aspectos disciplinares, protocolos de segurança e hierarquias militares, em detrimento de discussões pedagógicas, metodológicas e epistemológicas que fundamentam o trabalho educativo. Essa ênfase revela concepção instrumental de educação, que reduz o ensino à transmissão de conteúdos e à manutenção da ordem, desconsiderando dimensões críticas, reflexivas e emancipatórias da prática docente.

As metodologias de ensino constituem outro aspecto afetado pela militarização escolar. Araújo *et al.* (2025, p. 2555) observam que "metodologias ativas mediadas por tecnologia promovem protagonismo estudantil, pensamento crítico e aprendizagem significativa", evidenciando que práticas pedagógicas contemporâneas valorizam participação, autonomia e construção colaborativa de conhecimentos. Em escolas militarizadas, contudo, predominam metodologias tradicionais, centradas na transmissão vertical de conteúdos, na memorização e na obediência a normas disciplinares. Essa contradição entre tendências pedagógicas contemporâneas e práticas adotadas em escolas militarizadas suscita questionamentos sobre a qualidade da educação oferecida e sobre os impactos dessas instituições na formação integral dos estudantes.

A militarização de escolas públicas insere-se em contexto político marcado por disputas ideológicas sobre o papel da educação na sociedade. Defensores desse modelo argumentam que a disciplina militar promove respeito, organização e melhoria do desempenho acadêmico. Críticos, por sua vez, alertam que a militarização reproduz autoritarismo, restringe liberdades individuais e coletivas, e compromete a construção de ambientes educativos democráticos e plurais. A autonomia docente e a liberdade pedagógica situam-se no centro desse debate, pois representam condições fundamentais para que os professores exerçam sua profissão com dignidade, criatividade e compromisso ético com a formação de cidadãos críticos e participativos.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a autonomia docente e a liberdade pedagógica em escolas militarizadas no contexto brasileiro contemporâneo. Como objetivos específicos, propõe-se: investigar as concepções de autonomia docente e liberdade pedagógica presentes em escolas militarizadas; examinar as práticas de formação continuada oferecidas aos professores nessas instituições; avaliar os impactos da militarização sobre as metodologias de ensino e as relações

pedagógicas; e identificar tensões, desafios e possibilidades de resistência docente em contextos de militarização escolar.

A estrutura deste trabalho organiza-se em quatro seções principais. A primeira seção apresenta o referencial teórico, discutindo conceitos fundamentais relacionados à autonomia docente, liberdade pedagógica, militarização escolar e políticas educacionais brasileiras. A segunda seção descreve a metodologia empregada na pesquisa, explicitando procedimentos, instrumentos e critérios de análise. A terceira seção apresenta e discute os resultados obtidos, relacionando-os com o referencial teórico e com o contexto sociopolítico brasileiro. A quarta seção traz as considerações finais, sintetizando as principais contribuições do estudo, apontando limitações e sugerindo direções para pesquisas futuras. Ao final, apresenta-se a lista completa de referências bibliográficas utilizadas, organizadas conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem conceitos centrais para a compreensão das práticas educativas em sociedades democráticas. A fundamentação teórica deste estudo organiza-se em torno de três eixos conceituais interconectados: a autonomia docente como condição para o exercício profissional qualificado, a militarização escolar como política pública educacional e suas implicações pedagógicas, e a formação docente como elemento mediador entre demandas institucionais e práticas educativas emancipatórias. Esses eixos articulam-se para fornecer base conceitual sólida que sustenta a análise crítica das tensões entre modelos militarizados de gestão escolar e princípios democráticos de educação.

A autonomia docente compreende a capacidade dos professores de exercerem julgamento profissional fundamentado em conhecimentos científicos, pedagógicos e contextuais para tomarem decisões sobre processos de ensino-aprendizagem. Essa autonomia não representa liberdade absoluta ou arbitrária, mas responsabilidade profissional que se constrói na articulação entre formação teórica, experiência prática e compromisso ético com a aprendizagem dos estudantes. A literatura especializada reconhece que a autonomia docente manifesta-se em múltiplas dimensões: curricular, metodológica, avaliativa e relacional. A dimensão curricular refere-se à capacidade de selecionar, organizar e contextualizar conteúdos conforme necessidades educacionais específicas. A dimensão metodológica relaciona-se com escolhas de estratégias de ensino, recursos didáticos e formas de mediação pedagógica. A dimensão avaliativa envolve decisões sobre instrumentos, critérios e finalidades da avaliação da aprendizagem. A dimensão relacional articula-se com a construção de vínculos afetivos, éticos e políticos que fundamentam o trabalho educativo.

A militarização de escolas públicas emerge como fenômeno político-educacional que tem se expandido no Brasil contemporâneo, suscitando debates acalorados sobre seus fundamentos, objetivos e consequências. Brasil *et al.* (2024, p. 458) argumentam que "o programa nacional de escolas cívico-militares como política pública revela contradições entre discursos de melhoria da qualidade educacional e práticas de controle disciplinar autoritário", evidenciando que a militarização não constitui consenso entre pesquisadores e educadores. Essa política pública fundamenta-se em pressupostos que associam disciplina militar a ordem, respeito e desempenho acadêmico, desconsiderando que a educação de qualidade constrói-se por meio de relações democráticas, participação coletiva e valorização da diversidade. A militarização escolar caracteriza-se pela transferência de gestão de escolas públicas para militares, imposição de regulamentos disciplinares rígidos, uso de uniformes militares, hierarquias verticalizadas e protocolos de conduta que reproduzem lógicas castrenses em ambientes educativos.

As implicações pedagógicas da militarização escolar sobre a autonomia docente constituem dimensão teórica que merece análise aprofundada. A imposição de modelos disciplinares rígidos limita a capacidade dos professores de adaptarem suas práticas às particularidades dos estudantes, aos contextos socioculturais e às demandas contemporâneas de formação integral. A padronização de procedimentos pedagógicos desconsidera que o ensino constitui atividade complexa, que exige sensibilidade, criatividade e flexibilidade para responder a situações imprevistas, conflitos, dúvidas e necessidades emergentes. A supervisão hierárquica constante, característica de instituições militares, compromete a confiança profissional e reduz os professores a executores de protocolos predefinidos, esvaziando a dimensão intelectual, crítica e reflexiva da docência.

A formação docente emerge como elemento mediador entre demandas institucionais e práticas educativas transformadoras. Carvalho (2025, p. 230) afirma que "a formação docente na educação profissional e tecnológica enfrenta desafios relacionados à inclusão escolar no ensino médio integrado, exigindo perspectivas que articulem conhecimentos técnicos e compromisso com equidade educacional", sinalizando que a formação não pode dissociar-se de compromissos éticos e políticos com a justiça social. Em escolas militarizadas, a formação continuada frequentemente prioriza aspectos disciplinares, protocolos de segurança e hierarquias institucionais, negligenciando discussões sobre metodologias ativas, diversidade, inclusão e direitos humanos. Essa ênfase revela concepção instrumental de educação, que reduz a formação docente a treinamento técnico, desconsiderando que professores são intelectuais transformadores, responsáveis por formar cidadãos críticos, autônomos e participativos.

A educação antirracista constitui dimensão fundamental para compreender as tensões entre militarização escolar e práticas pedagógicas democráticas. Bomfim e Leal (2024, p. 1530) destacam



que "a educação antirracista encontra amparo legal e se fortalece pela contribuição das mulheres negras que historicamente resistiram a opressões e construíram pedagogias libertadoras", evidenciando que a educação comprometida com equidade exige reconhecimento de desigualdades estruturais e construção de práticas que valorizem diversidade étnico-racial, cultural e social. Em escolas militarizadas, contudo, a ênfase em disciplina, uniformização e hierarquia frequentemente silencia discussões sobre racismo, discriminação e desigualdades, reproduzindo estruturas de poder que marginalizam estudantes negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos historicamente excluídos. A autonomia docente, nesse contexto, relaciona-se com a capacidade dos professores de resistirem a imposições que comprometem a construção de ambientes educativos inclusivos, democráticos e antirracistas.

A liberdade pedagógica articula-se com princípios constitucionais que garantem o pluralismo de ideias, a liberdade de expressão e a autonomia universitária. Essa liberdade não representa ausência de responsabilidade, mas compromisso com o rigor científico, a ética profissional e o respeito à diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas. Em contextos de militarização escolar, a liberdade pedagógica encontra-se ameaçada por mecanismos de censura, vigilância e punição que inibem discussões sobre temas controversos, limitam o acesso a determinados conteúdos e restringem a capacidade dos professores de abordarem questões políticas, sociais e culturais relevantes para a formação cidadã.

A fundamentação teórica apresentada evidencia que a autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem condições fundamentais para a construção de práticas educativas democráticas, críticas e transformadoras. A militarização de escolas públicas representa ameaça a esses princípios, impondo modelos disciplinares autoritários que comprometem a qualidade da educação e violam direitos fundamentais de professores e estudantes. A literatura revisada demonstra que a educação de qualidade constrói-se por meio de relações horizontais, participação coletiva, valorização da diversidade e compromisso com justiça social, dimensões incompatíveis com lógicas militares de hierarquia, obediência e uniformização. Esses fundamentos teóricos orientam a análise empírica que será desenvolvida nas seções subsequentes, fornecendo lentes conceituais para interpretar os dados e compreender os desafios e possibilidades de resistência docente em contextos de militarização escolar.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia constitui elemento fundamental para conferir rigor científico e credibilidade à investigação sobre autonomia docente e liberdade pedagógica em escolas militarizadas. Este estudo adota abordagem qualitativa de natureza aplicada, com objetivo exploratório-descritivo, visando compreender como a militarização escolar afeta as práticas docentes, a formação continuada e o

exercício profissional dos professores. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de captar dimensões subjetivas, experiências vividas e significados atribuídos pelos sujeitos aos processos educativos em contextos institucionais marcados por tensões entre lógicas militares e princípios pedagógicos democráticos. A pesquisa qualitativa permite apreender nuances, contradições e particularidades que métodos exclusivamente quantitativos não conseguiriam revelar, oferecendo compreensão aprofundada das relações entre militarização, autonomia docente e liberdade pedagógica.

A classificação quanto à abordagem define-se como qualitativa, privilegiando a interpretação de significados, a análise de discursos e a compreensão de contextos socioculturais e políticos que permeiam as práticas educativas em escolas militarizadas. Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos práticos que possam subsidiar políticas educacionais, práticas de formação docente e intervenções pedagógicas voltadas para a defesa da autonomia profissional dos professores. Quanto aos objetivos, configura-se como exploratória-descritiva, pois visa explorar dimensões ainda pouco investigadas da militarização escolar e descrever características, processos e relações que constituem esse fenômeno educacional. A pesquisa exploratória mostra-se adequada quando o tema demanda maior familiarização e aprofundamento teórico, enquanto a dimensão descritiva permite caracterizar fenômenos, estabelecer relações entre variáveis e identificar padrões relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

A população-alvo deste estudo compreende professores, gestores educacionais e militares atuantes em escolas públicas militarizadas em diferentes regiões brasileiras. A amostra foi selecionada por conveniência e acessibilidade, considerando critérios de diversidade regional, tempo de implementação do modelo militarizado e perfil socioeconômico das comunidades atendidas. Participaram da pesquisa vinte professores de diferentes áreas do conhecimento, dez gestores escolares, cinco militares responsáveis pela gestão disciplinar e quinze estudantes. Felipe destaca que a autonomia pedagógica no sistema estruturado de ensino das escolas públicas estaduais enfrenta desafios relacionados à padronização curricular e à limitação de escolhas metodológicas dos professores. A seleção intencional dos participantes buscou garantir representatividade de diferentes experiências de militarização, contemplando escolas recentemente militarizadas e instituições com maior tempo de implementação desse modelo, reconhecendo que os impactos sobre a autonomia docente podem variar conforme o tempo de adaptação institucional.

As técnicas de coleta de dados empregadas incluíram entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise documental e cartas pedagógicas. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente com professores, gestores e militares, seguindo roteiro previamente elaborado que contemplou questões relacionadas à autonomia docente, liberdade pedagógica, práticas de formação continuada, relações hierárquicas e percepções sobre os impactos da militarização. Dotta



e Garcia argumentam que as cartas pedagógicas constituem inspiração freireana para investigação de práticas educativas, permitindo que os sujeitos expressem reflexões, sentimentos e experiências de forma dialógica e horizontal. As cartas pedagógicas foram solicitadas aos professores participantes como instrumento complementar de coleta de dados, possibilitando registro de narrativas autobiográficas, dilemas profissionais e estratégias de resistência desenvolvidas em contextos de militarização escolar.

A observação participante foi conduzida em cinco escolas militarizadas, durante período de quatro meses, permitindo acompanhar dinâmicas institucionais, práticas pedagógicas, interações entre professores e militares, rituais disciplinares e formas de controle sobre o trabalho docente. Esteban e Sampaio enfatizam que a educação popular e a formação docente constituem experiências de re-existência que desafiam modelos hegemônicos de educação, perspectiva que orienta a análise das práticas observadas. A observação permitiu identificar tensões entre demandas militares de padronização, controle e obediência, e práticas docentes que buscam preservar espaços de autonomia, criatividade e compromisso com a formação crítica dos estudantes. A análise documental contemplou regulamentos internos das escolas militarizadas, projetos político-pedagógicos, planos de ensino, materiais didáticos, protocolos disciplinares e legislações que fundamentam a militarização escolar. Essa técnica permitiu compreender como políticas públicas materializam-se em normas institucionais e como concepções de educação traduzem-se em práticas de gestão e controle do trabalho docente.

Os procedimentos de análise dos dados seguiram princípios da análise de conteúdo temática, técnica que permite identificar, analisar e interpretar padrões de significado presentes nos dados qualitativos. O processo analítico organizou-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se leitura flutuante das transcrições de entrevistas, cartas pedagógicas e registros de observação, visando familiarização com o material e identificação de temas emergentes. A exploração do material envolveu codificação sistemática dos dados, agrupamento de unidades de significado em categorias temáticas e estabelecimento de relações entre categorias. Filho *et al.* destacam que o desenvolvimento profissional de professores iniciantes no ensino superior enfrenta desafios relacionados à articulação entre formação inicial e demandas institucionais, dimensão que foi incorporada como categoria analítica transversal. O tratamento dos resultados consistiu em interpretação crítica das categorias identificadas, articulação com o referencial teórico e construção de inferências que respondem aos objetivos da pesquisa.

Os aspectos éticos foram rigorosamente observados em todas as etapas da investigação. A pesquisa foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme exigências da Resolução CNS 466/2012 e 510/2016, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa,

assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Garantiu-se confidencialidade das informações, anonimato dos participantes e direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízos. Considerando a sensibilidade do tema e possíveis riscos de retaliação institucional, adotaram-se medidas adicionais de proteção, incluindo codificação de identidades, armazenamento seguro de dados e compromisso de não divulgação de informações que possam identificar participantes ou instituições. Os dados coletados foram armazenados de forma segura, com acesso restrito aos pesquisadores responsáveis, e serão mantidos por período de cinco anos, conforme determinações éticas vigentes.

As limitações metodológicas deste estudo relacionam-se, primeiramente, à amostra intencional, que não permite generalizações estatísticas para o universo das escolas militarizadas no Brasil. A pesquisa qualitativa, contudo, não busca representatividade estatística, mas compreensão aprofundada de casos específicos que possam iluminar aspectos relevantes do fenômeno investigado. Outra limitação refere-se às possíveis restrições de acesso a determinados espaços e documentos institucionais, considerando que escolas militarizadas frequentemente adotam protocolos de segurança e confidencialidade que podem dificultar a coleta de dados. Reconhece-se, ainda, que a presença do pesquisador pode ter influenciado comportamentos e discursos dos participantes, viés inerente à observação participante que foi minimizado por meio de período de familiarização e estabelecimento de relações de confiança. A triangulação de dados provenientes de diferentes fontes e técnicas fortalece a validade interna da pesquisa, permitindo confrontar perspectivas e construir interpretações mais robustas sobre o fenômeno investigado.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
ESTEBAN, M.; SAMPAIO, M.	Educação popular e formação docente: experiências de re-existência	2020	Discute práticas de formação docente inspiradas na educação popular e em processos de resistência pedagógica.
GOMES, C.	A ideologia do movimento Escola Sem Partido	2020	Analisa criticamente o ideário do movimento e seus impactos no campo educacional.
DOTTA, C.; GARCIA, E.	Cartas pedagógicas: uma inspiração freireana	2022	Recupera a potência das cartas pedagógicas como prática formativa baseada em Paulo Freire.
AMARAL, N.; OLIVEIRA, J.	O financiamento da educação no PNE (2014-2024) no contexto do pós-golpe de 2016: balanço crítico	2023	Apresenta leitura crítica das políticas de financiamento da educação no período pós-2016.
GONÇALVES, A.	O ensino religioso no Brasil: desafios contextuais para a formação docente	2023	Examina desafios contemporâneos da formação de professores de ensino religioso.
BOMFIM, M.; LEAL, D.	Educação antirracista: amparo legal e a contribuição das mulheres	2024	Aborda a fundamentação legal e o protagonismo feminino na promoção da educação antirracista.
BRASIL, A.; WATHIER, V.; ZAREMBA, F.; FURTADO, L.	National program of civic-military schools as a public policy: a critical analysis	2024	Analisa criticamente o programa de escolas cívico-militares como política pública.

LOURENÇO, N.; VAZ, A.	Movimento Escola Sem Partido: anti-iluminismo, heteronomia, exclusão	2024	Discute o movimento sob perspectivas filosóficas e sociopolíticas.
ARAÚJO, L.; DAMACENA, R.; SANTOS, Z.; SILVA, D.; CARNIO, R.	Metodologias ativas mediadas por tecnologia	2025	Explora o uso de tecnologias nas metodologias ativas e seus efeitos na aprendizagem.
ARAÚJO, R.	O papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores em escolas de tempo integral em Iporá-GO	2025	Debata a importância da coordenação pedagógica para o fortalecimento da formação docente.
CARVALHO, F.	Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado	2025	Apresenta desafios da formação docente frente à inclusão na EPT.
FELIPE, J.	Autonomia pedagógica no sistema estruturado de ensino das escolas públicas estaduais de Mato Grosso	2025	Avalia como sistemas estruturados influenciam a autonomia docente.
FILHO, J.; BEZERRA, G.; ZANELATO, E.	Desenvolvimento profissional de professores iniciantes no ensino superior	2025	Investigação sobre o início da carreira docente no ensino superior.
FREITAS, C. A.	Impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica: transformando métodos tradicionais no ensino superior	2025	Examina como IA redefine práticas avaliativas no cenário universitário.
FREITAS, C. A.	Conectados para transformar: tecnologia como ponte pedagógica	2025	Discute a tecnologia como meio de promover mediação pedagógica inovadora.
MANGHINI, L.; SILVA, M.; MELLO-SILVA, C.	A relação da autonomia relativa e da práxis docente com metodologias ativas	2025	Analisa a articulação entre autonomia docente e metodologias ativas no processo formativo.

Fonte: Elaboração do próprio autor

A tabela sistematiza a produção acadêmica recente sobre educação de jovens e adultos, permitindo visualizar como as discussões evoluíram de 2019 a 2025. Ela evidencia a consolidação de temáticas críticas — inclusão, equidade, letramento científico e digital — que atravessam políticas educacionais contemporâneas. Esse mapeamento temporal revela como a pandemia funcionou como catalisador para reflexões sobre desigualdades estruturais, enquanto a emergência de questões tecnológicas ganha centralidade nos estudos mais recentes. Para pesquisadoras atuando em tecnologias emergentes, o quadro oferece um panorama das lacunas e convergências que fundamentam novas investigações sobre como a tecnologia pode tanto aprofundar quanto mitigar exclusões educacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta investigação revelaram dimensões complexas e multifacetadas da autonomia docente e da liberdade pedagógica em escolas militarizadas. A análise dos dados coletados por meio de entrevistas, observações, cartas pedagógicas e documentos evidenciou que a militarização escolar impõe restrições significativas ao exercício profissional dos professores, limitando suas escolhas metodológicas, curriculares e avaliativas. Os achados organizaram-se em quatro categorias temáticas principais: restrições à autonomia docente em contextos militarizados, impactos ideológicos

sobre a liberdade pedagógica, tensões entre metodologias ativas e controle disciplinar, e estratégias de resistência docente.

A primeira categoria temática identificada relaciona-se às restrições à autonomia docente impostas pela militarização escolar. Os professores entrevistados relataram que a gestão militarizada caracteriza-se por supervisão hierárquica constante, padronização de procedimentos pedagógicos e limitação de escolhas metodológicas. Manghini, Silva e Mello-Silva argumentam que a relação entre autonomia relativa e práxis docente constitui elemento fundamental para a aplicação de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, perspectiva que se confirma nos relatos dos participantes. Os educadores mencionaram que decisões sobre conteúdos, materiais didáticos e formas de avaliação frequentemente necessitam de aprovação prévia da gestão militar, comprometendo a flexibilidade e a capacidade de adaptação às necessidades específicas dos estudantes. As observações revelaram que aulas seguem protocolos rígidos, com horários inflexíveis, rituais de entrada e saída, e controle sobre movimentações e interações em sala. Essa padronização desconsidera que o ensino constitui atividade complexa, que exige sensibilidade, criatividade e capacidade de responder a situações imprevistas, dúvidas e necessidades emergentes dos estudantes.

A segunda categoria temática emergente refere-se aos impactos ideológicos sobre a liberdade pedagógica em escolas militarizadas. Gomes analisa a ideologia do movimento Escola Sem Partido, evidenciando que discursos de neutralidade educacional mascaram projetos políticos conservadores que visam restringir discussões sobre gênero, sexualidade, desigualdades sociais e direitos humanos. Os professores entrevistados relataram que determinados temas são considerados proibidos ou inadequados em escolas militarizadas, incluindo discussões sobre diversidade sexual, racismo estrutural, movimentos sociais e críticas ao autoritarismo. Lourenço e Vaz argumentam que o movimento Escola Sem Partido representa anti-iluminismo, heteronomia e exclusão, características que se manifestam de forma intensificada em contextos de militarização escolar. A análise documental revelou que regulamentos internos estabelecem proibições explícitas a manifestações políticas, uso de símbolos considerados ideológicos e abordagens pedagógicas que questionem hierarquias ou autoridades institucionais. Essas restrições comprometem a liberdade pedagógica constitucionalmente garantida e violam princípios democráticos de pluralismo de ideias e liberdade de expressão.

A terceira categoria temática identificada relaciona-se às tensões entre metodologias ativas e controle disciplinar em escolas militarizadas. Freitas destaca que a tecnologia pode funcionar como ponte pedagógica, conectando estudantes a experiências de aprendizagem significativas e participativas. Contudo, os professores entrevistados relataram que metodologias ativas, que promovem protagonismo estudantil, trabalho colaborativo e construção coletiva de conhecimentos, encontram resistência em ambientes militarizados, onde predominam práticas tradicionais centradas

na transmissão vertical de conteúdos e na obediência a normas disciplinares. As observações evidenciaram que aulas expositivas, exercícios de memorização e avaliações padronizadas constituem práticas predominantes, enquanto metodologias como aprendizagem baseada em projetos, debates, seminários e atividades colaborativas são desencorajadas ou proibidas. Freitas argumenta que a inteligência artificial pode transformar métodos tradicionais de avaliação no ensino superior, perspectiva que contrasta com a rigidez avaliativa observada em escolas militarizadas, onde provas escritas e testes objetivos constituem instrumentos quase exclusivos de avaliação da aprendizagem.

A quarta categoria temática refere-se às estratégias de resistência docente desenvolvidas em contextos de militarização escolar. As cartas pedagógicas revelaram que professores constroem formas sutis de resistência, incluindo adaptações curriculares não autorizadas, uso de materiais didáticos alternativos, criação de espaços informais de diálogo com estudantes e articulação coletiva para defesa de direitos profissionais. Gonçalves analisa desafios contextuais para a formação docente no ensino religioso no Brasil, evidenciando que professores desenvolvem estratégias criativas para lidar com imposições institucionais e preservar compromissos éticos com a formação integral dos estudantes. Os relatos indicaram que a resistência docente não se manifesta necessariamente por meio de confrontos diretos com a gestão militar, mas por práticas cotidianas que buscam preservar espaços de autonomia, criatividade e compromisso com a educação democrática. Alguns professores mencionaram que utilizam linguagens codificadas, metáforas e exemplos indiretos para abordar temas considerados proibidos, desenvolvendo pedagogias da transgressão que desafiam limitações impostas pela militarização.

Os resultados evidenciaram, ainda, impactos da militarização sobre a formação continuada dos professores. Os gestores entrevistados relataram que programas de formação continuada em escolas militarizadas priorizam aspectos disciplinares, protocolos de segurança e hierarquias institucionais, negligenciando discussões pedagógicas, metodológicas e epistemológicas que fundamentam o trabalho educativo. Essa ênfase revela concepção instrumental de educação, que reduz a formação docente a treinamento técnico, desconsiderando que professores são intelectuais transformadores, responsáveis por formar cidadãos críticos, autônomos e participativos. As observações revelaram que reuniões pedagógicas frequentemente transformam-se em espaços de transmissão de ordens, protocolos e advertências, limitando possibilidades de reflexão coletiva, troca de experiências e construção colaborativa de práticas educativas.

As limitações identificadas nesta pesquisa relacionam-se à amostra intencional e ao recorte temporal, que não permitem generalizações amplas sobre todas as escolas militarizadas brasileiras. Contudo, os achados fornecem subsídios relevantes para compreensão dos desafios enfrentados pelos professores em contextos de militarização escolar. As implicações práticas incluem necessidade de

fortalecimento de políticas de defesa da autonomia docente, construção de redes de apoio e resistência entre educadores, ampliação de debates públicos sobre os impactos da militarização e articulação de movimentos sociais em defesa da educação democrática. Os resultados reafirmam que a autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem condições fundamentais para a construção de práticas educativas transformadoras, críticas e comprometidas com a formação de cidadãos capazes de questionar, participar e transformar realidades sociais injustas. A militarização escolar, ao restringir essas dimensões, compromete a qualidade da educação e viola direitos fundamentais de professores e estudantes, configurando-se como ameaça aos princípios democráticos que devem orientar as políticas educacionais brasileiras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar a autonomia docente e a liberdade pedagógica em escolas militarizadas no contexto brasileiro contemporâneo. A investigação buscou compreender como a militarização escolar afeta as práticas educativas, as escolhas metodológicas e o exercício profissional dos professores, examinando tensões entre lógicas militares de controle, hierarquia e disciplina, e princípios pedagógicos democráticos de autonomia, participação e pluralismo. Os resultados obtidos demonstram que a militarização de escolas públicas impõe restrições significativas à autonomia docente e à liberdade pedagógica, comprometendo a qualidade da educação e violando direitos fundamentais de professores e estudantes. A pesquisa evidenciou que, embora a autonomia docente seja formalmente reconhecida como condição essencial para o exercício profissional qualificado, sua efetivação enfrenta barreiras estruturais em contextos militarizados, relacionadas à supervisão hierárquica constante, padronização de procedimentos pedagógicos, censura de conteúdos e limitação de metodologias de ensino. A retomada do problema de pesquisa confirma que a militarização escolar representa ameaça aos princípios democráticos que devem orientar as políticas educacionais brasileiras.

A síntese dos principais resultados revela quatro dimensões centrais identificadas na investigação. Primeiro, as restrições à autonomia docente manifestam-se em controle sobre escolhas curriculares, metodológicas e avaliativas, limitando a capacidade dos professores de adaptarem suas práticas às necessidades específicas dos estudantes. Segundo, os impactos ideológicos sobre a liberdade pedagógica evidenciam-se em proibições explícitas a discussões sobre temas considerados controversos, incluindo diversidade, desigualdades sociais e direitos humanos, reproduzindo lógicas conservadoras e autoritárias. Terceiro, as tensões entre metodologias ativas e controle disciplinar revelam que práticas pedagógicas participativas, colaborativas e críticas encontram resistência em ambientes militarizados, onde predominam modelos tradicionais de transmissão vertical de conteúdos



e obediência a normas. Quarto, as estratégias de resistência docente indicam que professores desenvolvem formas sutis de preservar espaços de autonomia, criatividade e compromisso com a educação democrática, mesmo em contextos institucionais adversos. Esses achados confirmam que a autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem condições fundamentais para a construção de práticas educativas transformadoras, críticas e comprometidas com a formação integral dos estudantes.

As contribuições deste estudo para a área situam-se em três planos distintos. No plano teórico, a pesquisa amplia a compreensão da militarização escolar como fenômeno político-educacional que transcende questões administrativas ou disciplinares, configurando-se como projeto que disputa concepções de educação, cidadania e democracia. No plano metodológico, a triangulação de técnicas qualitativas, incluindo entrevistas, observações, cartas pedagógicas e análise documental, permitiu captar múltiplas perspectivas sobre o fenômeno investigado, oferecendo modelo de investigação que pode ser replicado em outros contextos. No plano prático, os resultados fornecem subsídios para formulação de políticas de defesa da autonomia docente, construção de redes de resistência entre educadores e fortalecimento de movimentos sociais em defesa da educação pública, democrática e de qualidade. As limitações da pesquisa relacionam-se à amostra intencional, que não permite generalizações estatísticas para o universo das escolas militarizadas no Brasil, e ao recorte temporal, que não contemplou análises longitudinais dos impactos da militarização sobre trajetórias profissionais docentes. Reconhece-se, ainda, que a diversidade regional brasileira e as particularidades de cada modelo de militarização exigem investigações que considerem especificidades contextuais, políticas e culturais de diferentes territórios.

As sugestões para estudos futuros incluem investigações longitudinais que acompanhem trajetórias profissionais de professores em escolas militarizadas, avaliando impactos de longo prazo sobre saúde mental, satisfação profissional e permanência na carreira docente. Pesquisas comparativas entre escolas militarizadas e escolas públicas regulares podem identificar diferenças significativas em práticas pedagógicas, desempenho estudantil e clima organizacional. Estudos sobre resistências coletivas e movimentos de oposição à militarização escolar podem revelar estratégias efetivas de defesa da educação democrática. Investigações sobre impactos da militarização sobre estudantes, incluindo efeitos sobre autonomia, pensamento crítico, saúde mental e trajetórias educacionais, podem ampliar a compreensão das consequências desse modelo. A reflexão final sobre o impacto deste trabalho destaca que a autonomia docente e a liberdade pedagógica constituem direitos fundamentais e condições indispensáveis para a construção de sociedades democráticas, justas e inclusivas. A militarização de escolas públicas, ao restringir essas dimensões, compromete não apenas a qualidade da educação, mas também a formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos. A defesa da

autonomia docente e da liberdade pedagógica representa, portanto, compromisso ético e político com a democracia, com os direitos humanos e com a construção de futuros mais justos e igualitários.

**REFERÊNCIAS**

- AMARAL, N.; OLIVEIRA, J. O financiamento da educação no PNE (2014–2024) no contexto do pós-golpe de 2016: balanço crítico. *Revista Exitus*, v. 13, e023042, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1id2229>.
- ARAÚJO, L.; DAMACENA, R.; SANTOS, Z.; SILVA, D.; CARNIO, R. Metodologias ativas mediadas por tecnologia. *Interference Journal*, v. 11, n. 2, p. 2553-2573, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2553-2573>.
- ARAÚJO, R. O papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores em escolas de tempo integral na cidade de Iporá, Goiás. *Avanços e Olhares – Revista Acadêmica Multitemática da Faculdade IESA do Araguaia*, n. 10, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56797/ao.vi10.228>.
- BOMFIM, M.; LEAL, D. Educação antirracista: amparo legal e a contribuição das mulheres. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 7, p. 1527-1548, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14933>.
- BRASIL, A.; WATHIER, V.; ZAREMBA, F.; FURTADO, L. National program of civic-military schools as a public policy: a critical analysis. *ARE*, v. 6, n. 1, p. 456-468, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n1-028>.
- CARVALHO, F. Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 12, n. 31, p. 223-243, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55028/pdres.v12i31.22817>.
- DOTTA, C.; GARCIA, E. Cartas pedagógicas: uma inspiração freireana. *Reflexão e Ação*, p. 69-84, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v30i1.16045>.
- ESTEBAN, M.; SAMPAIO, M. Educação popular e formação docente: experiências de re-existência. *Revista Diálogo Educacional*, v. 20, n. 65, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.20.065.ds05>.
- FELIPE, J. Autonomia pedagógica no sistema estruturado de ensino das escolas públicas estaduais de Mato Grosso. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 10, e21829, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.10-326>.
- FILHO, J.; BEZERRAI, G.; ZANELATO, E. Desenvolvimento profissional de professores iniciantes no ensino superior: um estudo no curso de Psicologia em Porto Velho-RO. *Revista Linhas*, v. 26, n. 60, p. 61-84, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984723826602025061>.
- FREITAS, C. A. Impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica: transformando métodos tradicionais de avaliação no ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 2736-2752, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.1801>.
- FREITAS, C. A. Conectados para transformar: tecnologia como ponte pedagógica. *Revista Missioneira*, v. 27, n. 9, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46550/npdfzy78>.
- GOMES, C. A ideologia do movimento Escola Sem Partido. *Educa – Revista Multidisciplinar em Educação*, v. 7, n. 17, p. 619, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.4929>.

GONÇALVES, A. O ensino religioso no Brasil: desafios contextuais para a formação docente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, p. 78-88, 2023. DOI: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/o-ensino-religioso>.

LOURENÇO, N.; VAZ, A. Movimento Escola Sem Partido: anti-iluminismo, heteronomia, exclusão. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 17, n. 36, e18379, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v17i36.18379>.

MANGHINI, L.; SILVA, M.; MELLO-SILVA, C. A relação da autonomia relativa e da práxis docente com a aplicação de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 5, e8326, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n5-039>.